

Por uma orientação ao impacto societal da pós-graduação em administração no Brasil

FRANCISCO JOSÉ DA COSTA ¹

MÁRCIO ANDRÉ VERAS MACHADO ^{1 2}

SAMUEL FAÇANHA CÂMARA ³

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, JOÃO PESSOA – PB, BRASIL

² UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, JOÃO PESSOA – PB, BRASIL

³ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE) / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, FORTALEZA – CE, BRASIL

Resumo

Este ensaio analisa os desafios da pós-graduação stricto sensu em administração no Brasil, considerando principalmente os desafios do início da década de 2020, marcada por mudanças na avaliação da Coordenação de Avaliação Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nas perspectivas de carreira dos egressos. Na construção do texto, foram revisados alguns fatos mais relevantes de 2000 a 2020, configurando a necessidade de alteração de prioridade formativa de um foco baseado em rigor na pesquisa para um foco maior na relevância prática. Com base na situação relatada e no debate intelectual sobre rigor e relevância, foram definidos 2 modelos: um orientado à produção científica (MOP) e outro orientado ao impacto societal (Mois). Assumindo a oportunidade de mudança na direção do Mois, são indicadas proposições referentes a mudanças nos projetos formativos, nas práticas de pesquisa, nos canais de difusão de conhecimento e nas políticas de incentivo à pesquisa.

Palavras-chave: Relevância. Impacto. Pós-graduação. Administração. Regulação.

For an orientation toward the societal impact of graduate studies in administration in Brazil

Abstract

This essay analyzes the challenges of graduate programs in administration in Brazil, considering mainly the challenges of the early 2020s, marked by changes in the assessments put forward by the Brazilian agency CAPES and the perspectives of a career in the field. Some of the most relevant facts that occurred from 2000 to 2020 were considered, indicating the need for changes in the education priorities, from a focus based on rigor in research to a focus on practical relevance. The reported situation and the intellectual debate on rigor and relevance led to two models: one oriented to scientific production and the other oriented to societal impact. When assuming the opportunity for a change toward the societal impact model, the study suggests updates in educational projects, research practices, knowledge dissemination channels, and research incentive policies.

Keywords: Relevance. Impact. Graduate program. Management. Regulation.

Por una orientación al impacto societal de los estudios de posgrado en administración en Brasil

Resumen

Este ensayo analiza los desafíos de los estudios de posgrado en Administración de Empresas en Brasil, considerando principalmente los desafíos de principios de la década de 2020, marcada por los cambios en la evaluación de la CAPES y en las perspectivas de carrera de los egresados. Para ello, se buscaron algunos de los hechos más relevantes desde 2000 hasta 2020, configurándose la necesidad de cambiar la prioridad formativa de un enfoque basado en el rigor en la investigación a un mayor enfoque en la relevancia práctica. A partir de la situación reportada y del debate intelectual sobre rigor y relevancia, se definieron dos modelos: uno orientado a la producción científica y el otro orientado al impacto societal. Asumiendo la oportunidad de seguir la dirección del modelo orientado al impacto societal, se indicaron propuestas relacionadas con cambios en los proyectos de formación, en las prácticas de investigación, en los canales de difusión del conocimiento y en las políticas de incentivos a la investigación.

Palabras clave: Relevancia. Impacto. Posgrado. Administración. Regulación.

INTRODUÇÃO

O início de uma nova década é um bom momento para reavaliação de perspectivas, prioridades e projetos formativos. Se isso é uma realidade em geral, no início da década de 2020, parece ser algo mandatário para o universo acadêmico brasileiro em seu conjunto e para a academia de administração em particular. A década de 2020 iniciou herdando uma enorme turbulência por conta de uma emergência de saúde em nível mundial, associada à pandemia da COVID-19, e coincidiu com o ano de fechamento de um ciclo avaliativo da Coordenação de Avaliação Pessoal de Nível Superior (CAPES), a agência governamental brasileira de avaliação e regulação da pós-graduação *stricto sensu*. São 2 fatores que dão às lideranças e aos docentes dos programas de pós-graduação (PPGs) uma oportunidade para procederem àquilo que a teoria administrativa bem ensina: em cada momento de planejamento de longo prazo, como o início de um ciclo avaliativo, é necessário analisar os contextos interno e externo, presente e futuro, e definir as melhores estratégias frente a sua missão e sua visão.

O momento, porém, não é oportuno apenas por essas 2 razões. Também fechamos 2020 após 20 anos de vivência de um modelo de pós-graduação *stricto sensu* que não tinha precedentes no campo de administração e áreas correlatas. Detalharemos mais adiante o que chamamos de modelo orientado à produção (MOP), mas, por ora, assumimos que ele estabeleceu uma forma de fazer academia baseada prioritariamente em produção científica, em função de estarmos inseridos num ambiente institucional que adotou um sistema de avaliação cujo *driver* principal foi a publicação.

Nesse modelo, a motivação principal dos agentes (docentes e discentes) seria menos a geração de conhecimento útil para a sociedade e mais a maximização de sua utilidade pessoal, por meio da geração de mais produtos com o menor nível de esforço possível (Machado, 2021). A consequência desse modelo foi o distanciamento de discentes e docentes do campo mais aplicado e da preocupação em alinhar rigor da pesquisa com relevância do conhecimento produzido para além da própria academia. Assim como Wood e Souza (2019), também advogamos uma orientação prática para a pesquisa brasileira, com esforços mais orientados para a relevância, mas mantendo o rigor científico, ou seja, uma pesquisa mais alinhada ao que Alvesson (2012) chamou de *re-search*, em oposição ao *roi-research*.

Se o distanciamento referido é real, como entendemos ser, isso certamente não teve maior relevância no início dos anos 2010. Mas a situação mudou desde então, e nos parece que tal modelo (MOP) passou a requerer ajustes que o aprimorem, talvez por uma intensa mudança e um realinhamento na preparação da pós-graduação para as próximas 2 ou 3 décadas. Novamente antecipando o que comentaremos adiante, isso parece evidente por 2 razões principais. Primeiro, porque esse modelo deixou de gerar impactos positivos na vida profissional dos egressos – foi proveitoso para o aluno no período de expansão da demanda de docentes, mas se tornou problemático frente à redução de concursos públicos e da demanda por docentes nas IES privadas. Segundo, pela demanda de impacto não só acadêmico nos requisitos de avaliação da CAPES (2020). A realidade que sinalizou uma mudança necessária encontrou, por outro lado, práticas e modelos de PPGs pouco preparados para um ajuste rápido.

Neste ensaio, temos 2 objetivos. No primeiro, buscaremos contextualizar o cenário de início de década como ponto de chegada de um modelo que precisa mudar e ponto de partida para um modelo de pós-graduação que priorize mais a relevância prática e a interlocução com o setor produtivo (Etzkowitz & Leydesdorff, 1995, 1998; Wood & Souza, 2019). Segundo, pretendemos refletir sobre como viabilizar essas mudanças no contexto dos PPGs acadêmicos.

Assumimos que a produção científica, que foi a preocupação dominante nas práticas formativas *stricto sensu* em administração no Brasil de 2001 a 2020, ainda que continue sendo importante, não será, para o futuro, o critério mais relevante de nosso impacto nas nossas universidades e na sociedade (Aguinis, Shapiro, Antonacopoulou, & Cummings, 2014; George, 2016; Pettigrew, 2011). Entendemos que isso impõe uma mudança de práticas, visões, e arriscamos, com este ensaio, contribuir para facilitar o encaminhamento de novas práticas. Com inspiração na proposição de Vince e Hibbert (2018) sobre a produção de um ensaio de impacto, buscamos não apenas definir um tema, diagnosticar um problema e explorar potenciais explicações, mas também indicar um chamado à ação, apontando algumas recomendações de práticas renovadas.

Antes de seguir, registramos que o ensaio oferta uma contribuição para um debate que se desencadeou mais intensamente no Brasil desde 2018, quando a CAPES iniciou as mudanças nas regras de avaliação e estava mais evidente a redução de demanda de egressos no mercado de trabalho. A inspiração dos autores veio de suas preocupações com o modelo no qual estiveram imersos como docentes por mais de 1 década, atuando em ensino, pesquisa e liderança nos seus PPGs, além de

experiências junto à própria CAPES. A convicção de que o modelo precisava de atualização pareceu bem assimilada entre as centenas de PPGs e milhares de docentes. E, se o momento demandava mudanças, pareceu oportuna a proposta de visões e pontos de vista fundamentados e propositivos.

UMA BREVE HISTÓRIA

O debate e a reflexão sobre a formação de pós-graduação em administração no Brasil vêm sendo construído há décadas e por vários autores (Alcadipani & Bertero, 2014; Cirani, Silva, & Campanário, 2012; Festinalli, 2005; Maccari, Lima, & Riccio, 2009). Neste item, esboçamos uma descrição abreviada da história desse espaço formativo de 2000 a 2020, tomando por base essa literatura, além de dados públicos,¹ da vivência dos autores, de fatos que são de conhecimento de quem tem experiência no campo e dos documentos oficiais da CAPES.

No Brasil, a pós-graduação *stricto sensu* em administração teve os primeiros movimentos ainda na década de 1970, com poucos programas e alinhados a uma visão de forte inspiração em modelos importados, sobretudo dos Estados Unidos. Ao menos até o fim dos anos 1990, os PPGs alinhavam nas pesquisas de mestrado e doutorado perspectivas mistas, com vocações acadêmica, profissional, e com demandas sobre docentes bem distintas em relação ao que veio nos anos 2000. Por exemplo, até o fim dos anos 1990, ainda havia docentes com titulação apenas de mestrado, e a produção científica, embora desejável, não era requisito de maior relevância.

Grandes mudanças emergiram a partir de 2001. A seguir, resumimos os principais eventos ocorridos desse ano até 2020, desde a apropriação inicial do modelo orientado à produção até o momento de pressão por sua mudança e atualização – os períodos estão relacionados com os ciclos avaliativos da CAPES.

De 2001 a 2003

Nesse período, têm início as mudanças do modelo de formação, com diferenças marcantes em relação aos anos anteriores. Por exemplo, a titulação mínima requerida para atuação como docente em um PPG passou a ser a de doutor – e cujo título deveria, necessariamente, ser validado pelas regras do próprio sistema nacional regido pela CAPES –, tendo a produção científica passado a ser uma das principais exigências para aferição do desempenho dos programas. Além disso, esse período se caracterizou pela expansão da rede privada de ensino superior e pelas primeiras experiências de mestrados profissionais.

Foi um período de adaptação estrutural dos PPGs e de reorientação para uma cultura mais acadêmico-científica. Os programas mais tradicionais tiveram de se ajustar, inclusive vivenciando problemas com seus quadros docentes, com vários professores sem experiência em produção científica.

De 2004 a 2006

Esse foi um período de aprofundamento do MOP e do foco no rigor das produções científicas. Houve um aumento do quantitativo de periódicos científicos, uma forte valorização de eventos acadêmicos e uma tímida expansão dos PPGs. No período, havia uma média anual de 5.145 alunos matriculados, um total de 4.969 discentes titulados e uma média anual de 1.278 docentes, incluindo permanentes, colaboradores e visitantes, espalhados em 81 programas de pós-graduação da área, sendo 60 acadêmicos e 21 profissionais. Esses docentes e discentes publicaram um total de 4.575 artigos em 1.040 periódicos.

Nesse período, o MOP se estabeleceu como modelo normalizado, e, apesar da expansão de periódicos, ainda foi uma época de limitados canais de veiculação de artigos, além de haver poucos docentes com experiência de produção científica. Havia alta demanda de egressos na rede privada de ensino superior, e foi limitado o avanço dos programas profissionais.

¹ Os dados foram coletados no site de dados abertos da CAPES (<https://dadosabertos.capes.gov.br>), disponíveis a partir de 2004.

De 2007 a 2009

Esse foi o período inicial do projeto federal Reuni, com a expansão da rede de universidades e institutos federais. Destacaram-se, nesse período, a expansão da rede privada, o intenso foco no rigor de produções, com volume crescente de produção e periódicos, bem como o evidente distanciamento de preocupações aplicadas e de relevância. Havia uma média anual de 6.611 alunos matriculados, sendo titulados 5.848 discentes. A média anual de docentes foi de 1.670, incluindo permanentes, colaboradores e visitantes, espalhados em 100 programas de pós-graduação da área, sendo 74 acadêmicos e 26 profissionais. Esses docentes e discentes publicaram um total de 7.845 artigos, em 1.287 periódicos.

O MOP parece ter alcançado seu momento de maior valorização e consolidação, inclusive com incorporação de docentes doutores já formados nesse modelo. A forte expansão das IES, públicas e privadas, incentivava a formação de docentes de viés acadêmico, pois a demanda de egressos era abundante, tanto oriundos de cursos acadêmicos quanto profissionais.

De 2010 a 2012

Esse período foi marcado pela expansão das IES públicas e privadas, bem como pela desvalorização de eventos científicos como canais de veiculação da produção científica, com a definição de publicação apenas para o que era veiculado em revistas científicas. Também seguiu a expansão dos PPGs, mais dos profissionais do que dos acadêmicos. Havia uma média anual de 8.103 alunos matriculados, um total de 6.607 discentes titulados e uma média anual de 1.953 docentes, incluindo permanentes, colaboradores e visitantes, espalhados em 119 programas de pós-graduação da área, sendo 76 acadêmicos e 43 profissionais. Esses docentes e discentes publicaram um total de 13.877 artigos em 1.869 periódicos.

Esse foi um período de qualificação do MOP que se alinhou às áreas acadêmicas mais tradicionais com a delimitação de publicações (para efeito de avaliação) apenas às comunicações em revistas científicas. Além da pressão por qualificação dos produtos científicos, veio ainda a demanda de internacionalização dos PPGs. Persistia a alta demanda de titulados de mestrado e doutorado nas IES públicas e privadas, o que fortalecia o modelo.

De 2013 a 2016

Esse período foi marcado por uma crise econômica e política em nível nacional, sendo ainda caracterizado por redução no ritmo de expansão da IES públicas e do número de IES privadas, pressão crescente por qualificação da produção científica e expansão dos PPGs com projetos de formação completa (mestrado e doutorado). Havia uma média anual de 8.458 alunos matriculados, um total de 11.913 discentes titulados e uma média anual de 2.956 docentes, incluindo permanentes, colaboradores e visitantes, espalhados em 182 programas de pós-graduação da área, sendo 107 acadêmicos e 75 profissionais. Esses docentes e discentes publicaram um total de 26.297 artigos em 3.562 periódicos.

Ao passo que aumentava a pressão por qualificação dos resultados mais acadêmicos, sobretudo por publicações de alto impacto e de nível internacional, verificava-se uma redução na demanda de egressos no mercado de trabalho – isso quando houve quase o dobro de titulados em relação ao triênio 2010 a 2012. O MOP parecia dar sinais de necessidade de ajustes nos PPGs acadêmicos, que eram a maioria.

De 2017 a 2020

Esse período evidenciou a crise de empregabilidade de egressos, principalmente os de mestrado. As principais características foram aprofundamento da restrição de recursos públicos para os PPGs, tornando-se cada vez mais escassos os repasses federais; criação dos primeiros doutorados profissionais; demanda pela CAPES e por outras agências de demonstração de relevância e impacto societal. Foi ainda crescente o número de alunos matriculados e titulados, de docentes e de volume de produção e periódicos, com uma média anual de 12.006 alunos matriculados, um total de 17.407 discentes titulados e uma média anual de 4.453 docentes, incluindo permanentes, colaboradores e visitantes, espalhados em 189 programas da área, sendo 113 acadêmicos e 76 profissionais. Esses docentes e discentes publicaram um total de 46.276 artigos em 4.854 periódicos.

As mudanças do cenário político e econômico implicaram a redução de gastos públicos e de demanda por egressos nas IES, mesmo com o número de discentes matriculados e titulados ainda aumentando. A demanda de relevância aplicada e prática criou pressão e oportunidade para uma reaproximação com o setor produtivo. Os doutorados profissionais emergiram, potencialmente, como modelo apropriado nesse sentido.

Por cerca de 15 anos (de 2001 a 2015), houve momentos de estímulo ao MOP, com alta valorização de publicações de alto rigor. Apenas nos últimos anos da década de 2010 é que o modelo começou a evidenciar fragilidades, após uma crise de financiamento e uma demanda reduzida de egressos no mercado de trabalho. Ao que parece, os mesmos mecanismos que motivaram os PPGs a assumirem o MOP – a expectativa de sucesso do egresso e a avaliação da CAPES – estimularam sua melhoria, potencialmente encaminhando sua superação, ao menos em comparação com o que prevaleceu até o início dos anos de 2010.

Novas preocupações passaram, dessa forma, a pautar ações de lideranças e docentes. Pelo que nos parece, tornou-se bem configurada a necessidade de retomar a dimensão da relevância apenas acadêmica de produções e projetos individuais, assim como a relevância prática de pesquisas e projetos. No item seguinte, resgatamos, de forma breve, o debate sobre rigor científico e relevância acadêmica, antes de apresentarmos nossas proposições.

RETOMANDO A DISCUSSÃO ENTRE RIGOR CIENTÍFICO E RELEVÂNCIA PRÁTICA

O debate em torno do rigor e da relevância é antigo, tendo sido intenso tanto nacional quanto internacionalmente. Resgatamos elementos desse debate, mas sem pretender fazer um levantamento exaustivo da literatura. Buscamos apenas situá-lo frente ao que temos descrito e proposto para o Brasil no item seguinte – recomendamos, a quem interessar, consultar Wood e Souza (2019), que evidenciam a trajetória desse debate desde a década de 1960.

Pesquisadores buscam o rigor por meio de ideias defensáveis e generalizáveis (Bansal & Sharma, 2021; Sharma & Bansal, 2020). Assim, na pesquisa, o rigor está relacionado com a coerência interna do trabalho, ao desenho conceitual proposto, à clareza de conclusão e contribuição e, mais importante, ao cumprimento do rigor metodológico. Por outro lado, relevância significa consenso social em torno da importância e da pertinência dos problemas abordados, que se espera serem dignos de atenção da sociedade e para os quais a pesquisa deve trazer novos conhecimentos capazes de esclarecê-los ou de redefini-los, aprimorando as ações associadas, seja no interesse das organizações – em sua gestão e na eficiência de suas práticas –, seja no do governo – nas suas ações organizacionais e nas políticas públicas – ou no da responsabilidade acadêmica, em práticas de ensino ou pesquisa (Vasconcelos, 2009).

Uma pesquisa, para ser relevante, deve originar novos entendimentos, atrair audiência da sociedade e surpreender, criticar ou contestar suposições anteriores (Mattos, 2008). Além disso, o estudo relevante precisa ter o potencial de gerar benefício societal positivo (George, 2016) e ter alguma coisa para dizer (Alvesson, 2012). Em outras palavras, é preciso mostrar a contribuição da pesquisa para um grupo de pessoas de fora da academia, que deveriam ter interesse na leitura e achar os resultados interessantes para sua vida organizacional, ou conduzir os praticantes a pensarem e agirem diferentemente, melhorando o funcionamento das organizações e o ambiente de trabalho das pessoas (Alvesson, 2012).

Wood e Souza (2019), utilizando uma base de 780 artigos publicados entre 1876 e 2015, constataram que o campo é marcado por polêmicas sobre o que constitui conhecimento relevante, como tal conhecimento deve ser gerado e qual é a melhor maneira de transferi-lo aos praticantes. A análise desses artigos, por meio de uma rede de citações, evidenciou críticas às escolas de administração, antes dirigidas à baixa produção de conhecimento e à falta de rigor do que era produzido, e, depois, por terem sucumbido a uma visão de ciência originada nas ciências naturais, relegando a um segundo plano a produção de conhecimento prático.

Frente ao exposto no item 2 acima e no estudo de Wood e Souza (2019), somos convidados a repensar a forma de desenvolvimento de nossas pesquisas, direcionando-as não só para a (e pela) literatura existente, mas também, principalmente, para a (e pela) prática a ser aprimorada com o conhecimento gerado (Kieser & Leiner, 2009). Dessa forma, sobretudo por estarmos numa área aplicada, para gerar contribuição, uma pesquisa precisa ter prevista e demonstrada a utilidade em sua aplicação, tanto para pesquisadores (científica) quanto para gestores e sociedade em geral (prática).

A despeito, portanto, da perspectiva, os caminhos apontados para a solução do dilema do rigor e da relevância da pesquisa em administração passam sempre por uma aproximação entre universidade e outros agentes, como governo e indústria, bem como por uma forma diferente de relacionamento entre pesquisadores e os usuários das pesquisas (Wood & Souza, 2019).

Apesar de ser fácil compreender, desenvolver pesquisas rigorosas e relevantes não é algo simples, uma vez que a união do que é rigoroso (acadêmico) com o que é relevante (prático) envolve realidades e preparos distintos, assim como sistemas de comunicação próprios (Kieser & Leiner, 2009; Sharma & Bansal, 2020). Aliar esses aspectos parece não ter uma solução trivial, inclusive porque as pesquisas acadêmicas são avaliadas por acadêmicos, que tendem a ponderar em suas avaliações mais o rigor teórico e metodológico da utilidade científica (Kieser & Leiner, 2009), fora o fato de parte dos acadêmicos não ter a real noção das implicações práticas decorrentes de suas pesquisas. Para unir o objeto de estudo e os pesquisadores, emerge ainda o desafio de direcionar esforços explicitamente para o que os praticantes fazem, que ferramentas utilizam, como interagem uns com os outros e com qual propósito (Suddaby, Hardy, & Huy, 2011). Na verdade, os pesquisadores necessitam ver o impacto da pesquisa não apenas como os praticantes, mas também com os praticantes (Bansal & Sharma, 2021).

Assim, mudar a orientação depois de iniciada uma carreira focada exclusivamente na pesquisa com utilidade científica para a utilidade prática e com impactos além da academia é bem mais desafiador (Aguinis et al., 2014). Em nossa visão, a pressão por publicação nos programas de pós-graduação, ao menos até o fim dos anos 2010, parece ter desestimulado o desenvolvimento de pesquisas com potencial de transformação da realidade e da vida das pessoas, sendo mais evidenciado o desenvolvimento de trabalhos com melhorias teóricas incrementais ou pouco inovadoras. Pelo que nos parece, replicamos no Brasil uma realidade vivida internacionalmente, contexto no qual, como afirmam Alvesson e Sandberg (2013), os próprios periódicos não priorizaram as pesquisas úteis e inovadoras.

Com o aumento do número de programas de pós-graduação, de alunos matriculados, de docentes e de periódicos a cada ciclo de avaliação (ver item 2), parece ter havido uma explosão de esforços na produção de artigos. Pode-se observar, conforme indicado, que o volume de produção tem quase dobrado a cada ciclo de avaliação. Questões emergem nesse cenário. Isso pode ser bom para os acadêmicos. Mas terá sido igualmente bom para a sociedade? Será que não estamos escrevendo demais? Será que colocar mais ênfase na educação e menos na produção de artigos não deveria beneficiar a sociedade como um todo? (Alvesson, 2012).

Por experiência vivida e pelas reflexões já publicadas, parece acertado concluir que o MOP distanciou discentes e docentes do campo mais aplicado e da preocupação em alinhar rigor da pesquisa com relevância do conhecimento produzido para além da própria academia. Assumindo essa conclusão, entendemos ser necessário definir a valorização da pesquisa não só pelo veículo de disseminação, mas pelo seu impacto, e não apenas aquele calculado com base em métricas de citação – que é uma das medidas principais do impacto dos nossos trabalhos (Aguinis et al., 2014; George, 2016) – ou na suposta melhoria metodológica, e sim aquele que provoca ressonância e relevância no contexto econômico e social, traduzindo seus resultados em benefícios para o mundo real (Machado, 2021).

Assim, parece inevitável e imprescindível a reflexão sobre como a produção do conhecimento em administração pode ser analisada *vis-à-vis* os desafios de formação profissional enfrentados pelos programas de pós-graduação. O questionamento que emerge é: o modelo de formação vigente, quando escrevemos este ensaio, em muitos PPGs, apenas fulcrado na formação de pesquisadores e de docentes de nível superior, ainda faz sentido? Em nossa visão, o contexto anterior, que desembocou nesse foco restrito, gerou um modelo que teve seu valor enquanto havia êxito de resultados, principalmente em relação ao sucesso de carreira dos egressos. Todavia, para o momento e para o futuro, esse modelo não encontra sentido, sob a perspectiva da responsabilidade de formação em alto nível e com pesquisas que tenham o potencial de gerar benefício societal positivo; afinal, nas escolas de administração, temos muitas possibilidades para isso, portanto não deveríamos temer uma agenda voltada ao impacto (Pettigrew, 2011).

CONFIGURANDO ALTERNATIVAS

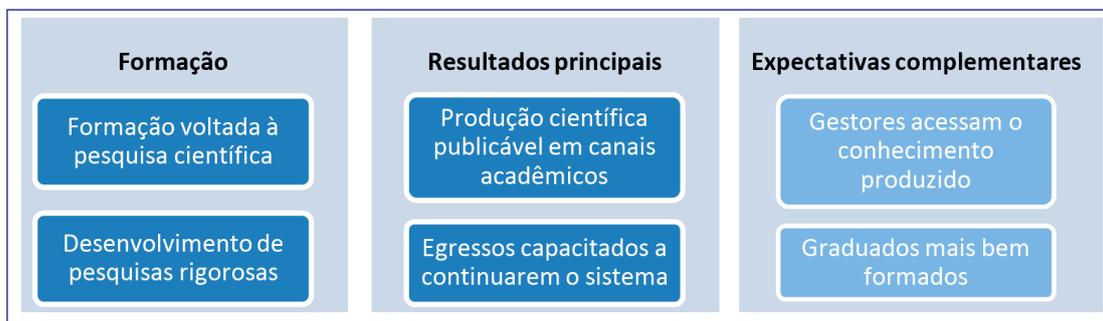
Como acadêmicos, muitos de nós geramos impacto do nosso trabalho ministrando aulas, integrando ensino e pesquisa, traduzindo trabalhos em livros, contribuindo para a mídia, realizando trabalhos administrativos, participando de associações profissionais etc. (Aguinis et al., 2014; George, 2016). Já é um grande desafio ensinar o melhor conteúdo aos nossos alunos e gerar a utilidade das nossas pesquisas nas escolas de administração (Gulati, 2007), mas o progresso da nossa área se dará não apenas com ensino e produção científica de impacto acadêmico; nosso impacto precisa alcançar também *stakeholders* não acadêmicos (Aguinis et al., 2014).

Em nossa leitura, a reflexão já refinada sobre alternativas de interação entre universidade e mundo externo nos direciona ao campo de estudos sobre transferência tecnológica e tecnologia entendida como conhecimento aplicado. Nesse campo, os mecanismos que encapsulam o conhecimento importam na maneira como ele consegue ser efetivamente transferido e na capacidade de absorção de quem os recebe (Cunningham, Lehmann, Menter, & Seitz, 2019; Good, Knockaert, Soppe, & Wright, 2019). Assim, pesquisadores devem, inclusive, abraçar suas diferenças com os profissionais da gestão e delas se nutrir (Bartunek & Rynes, 2014; Nonaka, 1994; Rynes, Bartunek, & Richard, 2001). Por conseguinte, há repercussão na forma de interação e na linguagem, além de outros aspectos que precisam ser levados em consideração por quem oferta e por quem recepciona o objeto de conhecimento.

Assumindo essa visão, estruturamos um modelo que denominamos de orientado ao impacto societal (Mois), integrando a produção sob o mérito do método científico com a entrega de valor e a promoção de impactos positivos na sociedade. A proposta não consiste em refutar de todo os conteúdos do modelo orientado à pesquisa ou em nos afastar da lente científica, e sim em complementar com alternativas que permitam a geração de impacto junto ao setor produtivo, o desenvolvimento de valor e competências que melhorem as chances de carreira dos egressos, além da articulação e da efetivação de novas e mais abundantes fontes de financiamento da formação e da pesquisa.

Podemos ter uma melhor noção da proposta em relação ao atual modelo (MOP) com 2 ilustrações. A Figura 1 representa o modelo dominante, ao menos até 2020, e se baseia em formação voltada principalmente à produção científica e pesquisas com maior ênfase em rigor metodológico ou em relevância para a academia. Como resultados principais, temos pesquisas que resultam sobretudo em publicações dos resultados em veículos científicos e a formação de egressos capacitados, em especial, a retroalimentar esse modelo. Como expectativas complementares desse modelo, temos o acesso do conhecimento produtivo pelas organizações e seus gestores, que supostamente encontrarão e usarão esses conhecimentos por meio da leitura, e o sucesso dos egressos em capacitar melhor, pelo exercício de seu trabalho docente, os futuros executivos, empreendedores e lideranças.

Figura 1
Características do modelo orientado à produção científica (MOP)



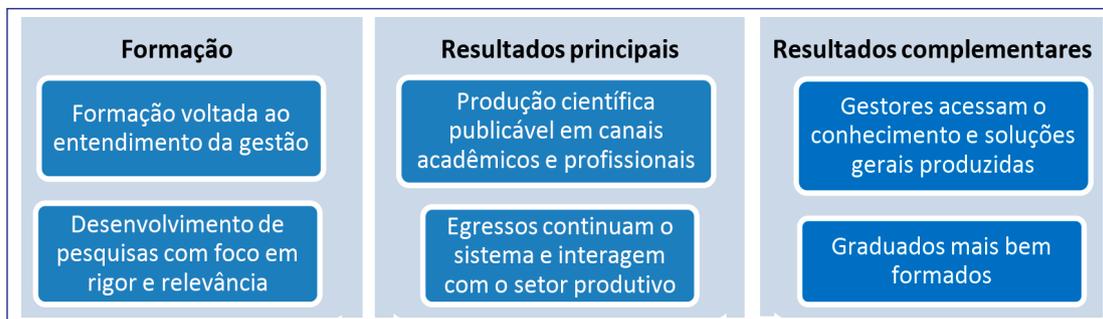
Fonte: Elaborada pelos autores.

Em nossa visão, o que está descrito, e que é uma grande síntese do que indicamos antes, teria pleno sentido em continuar, caso as expectativas complementares de fato se realizassem. Não sendo esse o caso, trata-se de um bom modelo, *a priori*, mas sem boa adequação às demandas atuais e futuras. Por exemplo, e ao menos pelo que evidencia a experiência dos autores, o acesso dos gestores aos periódicos de publicação parece ser mínimo, parece não haver cenário de mudança futura, e ainda não temos evidências definitivas que demonstrem que a formação gerencial de graduação teve uma melhoria significativa com esse modelo, desde que foi implementado.

A última questão acima é mais complexa, pois o tamanho da demanda de docentes para ensino de graduação foi maior do que era antes de o modelo MOP se estabelecer. O que não sabemos é se a expansão do quadro docente, muito mais qualificado em termos acadêmicos, veio com real impacto na capacitação do egresso de cursos de graduação em administração ou de outros cursos em que os egressos dos PPGs atuam.

O modelo orientado ao impacto societal está ilustrado na Figura 2, cujo realce está em complementar o que já se faz no modelo orientado à produção, em termos de formação, com maior foco no entendimento de gestão e melhor articulação de rigor e relevância. Se isso ocorrer, resultará principalmente em produções científicas com potencial de circulação, tanto em canais acadêmicos quanto profissionais, e com egressos que poderão dar continuidade ao sistema e, ao mesmo tempo, desenvolver interação com o setor produtivo. Se isso ocorrer, teremos não expectativas, e sim resultados complementares reais, com agentes do setor produtivo acessando o conhecimento nos canais profissionais e, inclusive, com potencial absorção de soluções criadas nas pesquisas mais aplicadas. Além disso, a capacidade desse egresso de formar, na sua atuação nas escolas de graduação, será maior, e é certo que os discentes desses cursos tornarão a gestão mais qualificada e suas organizações, mais eficientes.

Figura 2
Características do modelo orientado ao impacto societal (Mois)



Fonte: Elaborada pelos autores.

O modelo Mois parece, à primeira vista, ser o mesmo de mestrados e doutorados profissionais. De fato, a proximidade existe por força da natureza de suas propostas no campo de administração. Assim, os modelos de cursos acadêmicos e profissionais se propõem a fazer uso do método científico para produção de resultados de pesquisas de alto impacto. Talvez a diferença entre as formações seja apenas de ênfase, e não de exclusividade de atuação. Assim como em Aguinis et al. (2014), o questionamento que deve orientar os PPGs não é, em formato excludente, se os pesquisadores querem influenciar seus colegas acadêmicos ou outros interessados, e sim em como deve ser a integração de acadêmicos e outros interessados. Dessa forma, propõe-se uma formação para os programas acadêmicos que integre influência sobre os pares e o conhecimento por eles gerados – considerando, por exemplo, as publicações científicas –, mas que também possibilite a qualquer desses egressos buscar influência sobre os agentes do setor produtivo não de forma mandatária, e sim como algo desejável ou opcional a discentes com vocação ou necessidade para suas carreiras. Ou seja, propomos que o programa acadêmico que assume o modelo Mois adicione à publicação, como opção, a geração de inovações organizacionais em diferentes formatos, amplitudes, e a formação de profissionais que tenham possibilidade de carreiras não apenas acadêmicas.

O modelo proposto está alinhado à ideia do uso do conhecimento já desenvolvida no campo da transferência de tecnologia, como previamente comentado. Nesse caso, o modelo proposto deverá, além das dimensões assinaladas (Figura 2), associar mecanismos propostos na literatura à disposição dos pesquisadores, como a proposta de momentos de Bansal e Sharma (2021): cocriando e resultando – na verdade, construindo a pesquisa com a participação dos profissionais de gestão desde sua conceituação até a entrega de artefatos que possam de fato ser úteis (Bansal, Bertels, Ewart, MacConnachie, & O'Brien, 2012).

Esse alinhamento parece estar em andamento em diferentes espaços da academia de administração. Por exemplo, a própria CAPES legitimou os chamados produtos técnicos e tecnológicos (PTT), considerando-os uma produção docente para efeito de avaliação e ressaltando, em sua avaliação, características de inovação, aplicabilidade e impacto (CAPES, 2019, 2020). Claramente, iniciativas de transferência de tecnologia bem desenvolvidas favorecem a avaliação dos PPGs, se não tanto quanto os artigos científicos – quando escrevemos este ensaio –, certamente como uma alternativa convidativa para docentes e discentes.

Ao que nos parece, não há impedimentos formais para uma migração do modelo MOP para o Mois. No entanto, sabemos que os agentes reagem aos incentivos recebidos e analisam as barreiras às mudanças. Assim, a menos que se mude o modelo/sistema, os PPGs continuarão mais inclinados ao MOP. Segundo percebemos, o maior impedimento é cultural, associado à inércia dos PPGs em seguir no modelo MOP, e faltam incentivos e experiência dos agentes para se envolverem em novas práticas do Mois. Buscando contribuir para isso, apresentamos 4 proposições, abaixo indicadas.

Proposição 1: renovar os projetos formativos

Com ela, visa-se, sem excluir o foco no rigor e na valorização da abordagem científica e metodológica, incluir de forma complementar, para discentes e docentes, elementos (disciplinas, seminários e metodologias) que viabilizem aproximação com o universo gerencial.

Esse é, parece-nos, o maior desafio, pois requer a organização de componentes formativos que têm restrição de tempo para sua realização. Frente à proposição, uma alternativa criativa seria, por exemplo, ofertar disciplinas de vocação mais profissional, incluindo, além da literatura acadêmica, componentes de literatura profissional. Outra alternativa interessante, inclusive vivenciada por um dos autores, consiste em ter componentes curriculares optativos voltados ao empreendedorismo científico, com estudo de modelos de transformação de conhecimento produzido em soluções com potencial alcance do setor produtivo, com estudos de teoria da inovação, fases e maturidade de projetos, captação de financiamento etc.

Uma terceira opção consiste no fato de o discente ter disciplinas optativas em cursos de modalidade profissional – isso é praticado, por exemplo, nos cursos de doutorado da Harvard Business School, onde é requerido que o discente sem MBA curse disciplinas em tal modalidade. Experiências nesse sentido podem ser objeto de relato em fóruns de debate sobre formação e em casos para publicação em periódicos ou eventos.

Proposição 2: renovar a produção de pesquisas

Com tal proposição, visa-se apropriar de teorias e métodos para análise e proposição de modelos de interesse aplicado.

Entendemos que os estudos podem envolver problemas de pesquisa que dialoguem com organizações do setor produtivo e em alinhamento com seus problemas reais. Como exemplo, destacamos o caso do projeto Cientista-chefe, uma inovação pública vinculada ao Governo do Estado do Ceará, em que acadêmicos desenvolvem projetos e pesquisas aplicados em áreas estratégicas do governo estadual. Até 2021, havia 19 cientistas-chefes atuando em diferentes áreas (educação, segurança, saúde...). Com mais proximidade com a área de administração, o programa contava com o cientista-chefe de Inovação, com projetos vinculados às Secretarias de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (Secitece), de Desenvolvimento e Trabalho (Sedet), bem como à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará (Funcap). A finalidade do Cientista-chefe de Inovação era aprimorar as políticas públicas de inovação aplicando teorias a práticas e avaliações de ações públicas.

As ações do projeto foram, portanto, de interação entre acadêmicos, lideranças governamentais e agentes públicos. O desafio de interação e tradução de conteúdo acadêmico nas práticas vinha complementado com a interação com os agentes receptores da política pública (atores do ecossistema de inovação do estado). Além de auxiliar no desenvolvimento e no melhoramento de políticas públicas estaduais de inovação, os estudos se tornaram base para o desenvolvimento de dissertações, teses e artigos científicos do líder (cientista-chefe) e de seus orientandos.

Proposição 3: seguir renovando os canais

Trata-se de complementar ou ajustar os canais de circulação de produtos e resultados científicos convencionais, para a recepção e o incentivo a produções acadêmicas e profissionais.

Revistas e eventos acadêmicos têm sua configuração bem definida historicamente como canais de difusão da pesquisa convencional, sendo bem-sucedidos como meios de registro e disseminação dos detalhes da produção e dos resultados do esforço científico. Nosso entendimento é que esse modelo pode se modernizar com a abertura de espaço para potencializar a interação com o público não acadêmico.

Já existem iniciativas encaminhadas nesse sentido no Brasil. Por exemplo, relevantes periódicos nacionais têm abertura para recebimento de casos para ensino, assim como para artigos tecnológicos – veja-se, por exemplo, a *Revista de Administração Contemporânea* (RAC) e a *Teoria e Prática em Administração* (TPA). Também há iniciativas criativas em eventos, como o Congresso Latino-Americano de Varejo (Clav), que recepcionava artigos executivos e científicos.

Proposição 4: renovar as práticas associadas ao apoio à pesquisa

Essa proposição visa incentivar estudos não somente com viés de rigor e relevância acadêmica, mas também com demonstração de potencial relevância prática.

Fomentar as pesquisas implica alocar recursos escassos. Como indica Alvesson (2012), investir em pesquisas acadêmicas implica o risco de escolas, saúde, bem-estar social, segurança pública e transporte receberem menos recursos, ou seja, o recurso alocado à pesquisa de um professor pode levar a um profissional de enfermagem a menos nos postos de saúde ou a um professor a menos na educação básica, no ensino fundamental ou médio. Assim, considerando os enormes desafios que o Brasil enfrenta nessas áreas, além daqueles que as organizações enfrentam para tornar suas operações mais eficazes, eficientes, produtivas, social e ambientalmente sustentáveis, pesquisadores deveriam direcionar esforços para pesquisas fundamentadas na relevância/utilidade prática (Wood & Souza, 2019).

Dessa forma, entendemos que o fomento à pesquisa aplicada é uma das formas mais eficazes de incentivar o MoIs. Pela decisão estatal de alocação de recursos no que tem potencial de gerar conhecimento ou técnica/tecnologia em consonância com suas necessidades, promove-se naturalmente a aproximação da academia com o setor produtivo. Para isso, as propostas de pesquisa aptas a financiamento precisam demonstrar utilidade na solução de problemas do mundo real.

Já há experiências nessa direção. Por exemplo, depois de muito tempo sem lançar editais para fomento à pesquisa no estado da Paraíba, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq-PB) lançou um edital universal, nº 09/2021, com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, tendo como critério de julgamento a importância do tema ou do problema abordado – do ponto de vista científico, econômico ou social do estado da Paraíba –, o potencial de geração de conhecimento ou técnica/tecnologia originais em consonância com as metas do plano do governo do estado e a demonstração do impacto dos resultados sobre o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico ou social da Paraíba.

Nessa mesma direção, podemos observar a prática adotada pelo CNPq, na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021, em que se perguntava, no formulário da proposta: “Este projeto originará algo prático (uma nova técnica, uma nova tecnologia, um novo equipamento)? Isto é, seus resultados poderão ser imediatamente usados para resolver algum problema prático?”

As demandas dos editais das agências de fomento referidas acima, portanto, se alinham plenamente ao modelo defendido neste ensaio. Esses dois exemplos sinalizam, inclusive, que há potencial para a adoção de uma política de fomento à ciência e tecnologia descentralizada, com recursos do CNPq sendo alocados para as fundações estaduais, de modo a incentivar o desenvolvimento de pesquisas que visem à solução de problemas e necessidades locais/regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, refletimos sobre os projetos formativos de pós-graduação (acadêmica) em administração, indicando problemas e propondo recomendações. Se assumimos o sentido realmente aplicado do que é uma área de ciências sociais aplicadas, entendemos que um PPG de administração deve ter um foco natural na solução de problemas organizacionais. Pelo que diagnosticamos, fazer isso é um desafio para o presente e para o futuro. Mas como promover essa aproximação com o setor produtivo num ambiente institucional voltado ao atendimento a normas e parâmetros pouco alinhados a esse contexto?

Dado o ambiente em que estamos inseridos e considerando as mudanças no sistema nacional da pós-graduação, o início de uma nova década é oportuno para tal reflexão, principalmente quando a própria CAPES passou a requerer menos foco em produção científica e mais em impacto societal. Se, na avaliação quadrienal 2013-2016 da CAPES, a produção intelectual tinha peso de cerca de 60% da nota de um programa da área que envolvia administração, a previsão foi a de que, na avaliação quadrienal referente ao período 2017-2020, tal peso seria de no máximo 35%. Por outro lado, o impacto passou a valer em torno de 33%, frente a algo em torno de 10% da avaliação quadrienal anterior (CAPES, 2020).

No âmbito do sistema nacional de avaliação da pós-graduação, o impacto passou a ser interpretado com base nos modos de inserção social dos programas, abrangendo iniciativas e respectivos efeitos sobre a formação de pessoal qualificado, a repercussão da pesquisa em audiências externas ao campo científico e a conversão do conhecimento em tecnologias (Guarido, 2018). A mudança no ambiente institucional se configurou, portanto, como um convite a mudanças nas práticas de

produção científica, favorecendo condições para o impacto societal. É esperado ainda que essa mudança influencie alterações estruturais não só nas práticas de produção acadêmica, mas também no modelo de formação de discentes, num modelo capaz de fornecer ao egresso a oportunidade de desenvolver sua carreira acadêmica, como professor e pesquisador, e aumentar sua empregabilidade num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente.

Considerando a dificuldade de pesquisadores e praticantes desenvolverem pesquisas de forma colaborativa e que eles podem irrigar, provocar e inspirar uns aos outros (Kieser & Leiner, 2009), tem-se a oportunidade de promover modelos de formação e pesquisa que aproximem o conhecimento adquirido da prática gerencial, fornecendo ao mercado de trabalho profissionais com as habilidades necessárias ou, ao contrário, atraindo aqueles que já se encontram no mercado de trabalho para uma formação acadêmica sólida capaz de proporcionar os conhecimentos necessários para resolver os problemas enfrentados no seu cotidiano, aproximando cada vez mais a teoria da prática.

Sem pretender ofertar um roteiro ou uma metodologia de solução, como indicado na introdução, deixamos as linhas gerais e algumas proposições e exemplos postos que demonstram a real possibilidade de termos um avanço na direção a um novo modelo. Mudanças mais significativas virão apenas da articulação adequada de vários componentes do sistema: formação envolvendo conteúdos acadêmicos e profissionais, avaliação que valorize a relevância, canais que privilegiem também a pesquisa aplicada (não apenas aplicável), mecanismos institucionais que facilitem a colaboração entre acadêmicos e praticantes, *fundings* direcionados a temas de impacto etc. Por outro lado, a falta de ação levará ao anacronismo e ao declínio, o que de fato está ocorrendo e pode ser observado.

Sabemos que os problemas são diversos, e não haveria como os alcançar num único ensaio. Há questões pontuais que requerem análises mais específicas. Por exemplo, as universidades públicas, que hospedam a maioria dos PPGs, parecem ter uma boa oportunidade de repensar suas políticas internas de gestão do regime de trabalho de seus docentes, uma vez que, em algumas IES, a interpretação da dedicação exclusiva cria restrições descabidas para a aproximação do setor produtivo por parte dos docentes. Como configurar a dedicação exclusiva de professores de administração ou contabilidade, sabendo que eles precisam ter imersão nas empresas, objetos de seus estudos? Também falamos, ao longo do ensaio, da proposta de um novo modelo, mas não indicamos detalhes de sua avaliação. Como mensurar impacto comparativo entre os modelos MOP e Mois? Esses são pontos de debate que podem ser objetos de outros estudos.

AGRADECIMENTOS

Os autores registram agradecimento aos professores Sandro Cabral (INSPER/SP) e Thomás de Aquino Guimarães (UNB) pela revisão e sugestões ao longo da construção do artigo.

REFERÊNCIAS

- Aguinis, H., Shapiro, D. L., Antonacopoulou, E. P., & Cummings, T. G. (2014). Scholarly impact: a pluralist conceptualization. *Academy of Management Learning & Education, 13*(4), 623-639.
- Alcadipani, R., & Bertero, C. O. (2014). Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da Eaesp. *Revista de Administração de Empresas, 54*(2), 154-169.
- Alvesson, M. (2012). Do we have something to say? From re-search to roi-search and back again. *Organization, 20*(1), 79-90.
- Alvesson, M., & Sandberg, J. (2013). Has management studies lost its way? Ideas for more imaginative and innovative research. *Journal of Management Studies, 50*(1), 128-152.
- Bansal, P., Bertels, S., Ewart, T., MacConnachie, P., & O'Brien, J. (2012). Bridging the research-practice gap. *Academy of Management Perspectives, 6*(1), 73-92.
- Bansal, P., & Sharma, G. (2021, maio). Three different approaches to impact: translating, cocreating, and performing. *Business & Society*. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/00076503211015926>
- Bartunek, J. M., & Rynes, S. L. (2014). Academics and practitioners are alike and unlike: the paradoxes of academic-practitioner relationships. *Journal of Management, 40*(5), 1181-1201.
- Cirani, C. B. S., Silva, H. H. M. D., & Campanário, M. D. A. (2012). A evolução do ensino da pós-graduação estrito senso em administração no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea, 16*(6), 765-783.
- Coordenação de Avaliação Pessoal de Nível Superior. (2019). *Produção técnica (relatório de grupo de trabalho)*. Recuperado de www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf
- Coordenação de Avaliação Pessoal de Nível Superior. (2020). *Ficha de avaliação área 27: administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo*. Recuperado de www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/FICHA_ADMINISTRACAO_P_ATUALIZADA.pdf
- Cunningham, J. A., Lehmann, E. E., Menter, M., & Seitz, N. (2019). The impact of university focused technology transfer policies on regional innovation and entrepreneurship. *The Journal of Technology Transfer, 44*(5), 1451-1475.
- Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (1995). The triple helix university-industry-government relations: a laboratory for knowledge based economic development. *EASST Review, 14*(1), 14-19.
- Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (1998). The endless transition: a "triple helix" of university-industry-government relations. *Minerva, 36*(3), 203-208.
- Festinalli, R. C. (2005). A formação de mestres em administração: por onde caminhamos? *Organizações & Sociedade, 12*(35), 135-150.
- George, G. (2016). Management research in AMJ: celebrating impact while striving for more. *Academy of Management Journal, 59*(6), 1869-1877.
- Good, M., Knockaert, M., Soppe, B., & Wright, M. (2019). The technology transfer ecosystem in academia: an organizational design perspective. *Technovation, 82-83*, 35-50.
- Guarido, E. R. G., Filho. (2018). Desigualdade social, responsabilidade e responsividade da pesquisa. *Revista de Administração de Empresas, 58*(5), 511-516.
- Gulati, R. (2007). Tent poles, tribalism, and boundary spanning: the rigor-relevance debate in management research. *Academy of Management Journal, 50*(4), 775-782.
- Kieser, A., & Leiner, L. (2009). Why the rigour-relevance gap in management research is unbridgeable. *Journal of Management Studies, 46*(3), 516-533.
- Maccari, E. A., Lima, M. C., & Riccio, E. L. (2009). Uso do sistema de avaliação da Capes por programas de pós-graduação em administração no Brasil. *Revista de Ciências da Administração, 11*(25), 68-96.
- Machado, M. A. V (2021). Editorial: por que, como e para quem produzimos. *Contabilidade Vista & Revista, 32*(2), 1-7.
- Mattos, P. L. C. L. (2008). Nós e os índices: a propósito da pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas, 48*(2), 144-149.
- Nonaka, I. (1994). A dynamic theory of organizational knowledge creation. *Organization Science, 5*(1), 14-37.
- Pettigrew, A. (2011). Scholarship with impact. *British Journal of Management, 22*(3), 347-354.
- Rynes, S. L., Bartunek, J. M., & Daft, R. L. (2001). Across the great divide: knowledge creation and transfer between practitioners and academics. *Academy of Management Journal, 44*(2), 340-355.
- Sharma, G., & Bansal, P. (2020). Cocreating rigorous and relevant knowledge. *Academy of Management Journal, 63*(2), 386-410.
- Suddaby, R., Hardy, C., & Huy, Q. (2011). Where are the new theories of organization? *Academy of Management Review, 36*(2), 236-246.
- Vasconcelos, C. F (2009). Editorial: relevância e rigor na academia. *Revista de Administração de Empresas, 49*(1), 5.
- Vince, R., & Hibbert, P. (2018). From the Amle editorial team: disciplined provocation – writing essays for Amle. *Academy of Management, Learning and Education, 17*(4), 397-400.
- Wood, T., Jr., & Souza, R. J. (2019). Os caminhos da pesquisa científica em administração em busca da relevância perdida. *Organizações & Sociedade, 26*(90), 535-557.

Francisco José da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4090-5619>

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP); Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). E-mail: francisco.jose@academico.ufpb.br

Márcio André Veras Machado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2635-5240>

Doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UnB); Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (PPGCC/UFPB). E-mail: mavmachado@hotmail.com

Samuel Façanha Câmara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8333-6997>

Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará (PPGA/UECE). E-mail: samuel.camara@uece.br